

A aventura moderna do português em África

1. Do acesso e viabilidade da língua portuguesa como língua oficial em África

Dos cinco países africanos, três deles, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, eram (e são, claro) multilingues, enquanto os arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, territórios desertos que eram, só depois do povoamento (escravos africanos e colonos, na quase totalidade portugueses), foram, cultural e linguisticamente, semantizados. Como sempre acontece em casos desta natureza, os africanos resistiram até onde lhes foi possível à penetração da língua e cultura portuguesas. Portugal, porém, terminou por estar em África mais de 500 anos e, a 500 anos de colonialismo, não há povo, não há cultura, não há língua que logre defender inteiramente a sua integridade. Obstaculiza-se, é certo, a sua marcha através do interior do país, mas jamais se consegue impedir que ele – o colonialismo – nuns casos mais, noutros menos, ganhe algum terreno. Foi o que aconteceu com a língua e cultura portuguesas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Os órgãos da hierarquia do Estado, a estrutura oficial, toda a máquina colonial, nomeadamente através dos Aparelhos Ideológicos do Estado, actuando como devoradores do sistema sócio-cultural do colonizado, vão enfraquecendo as resistências dos povos africanos. Diga-se que essas resistências são espontâneas, cegas, naturais, não obedecem a nenhum plano colectivo conjugado como às vezes certa terminologia antropológica ou ideológica ou política insinua ou declara altissonantemente. Ou seja que, ao contrário do que vulgarmente se deixa no ar, quanto aos africanos terem sabido

criar a sua frente de resistência cultural e linguística, a nosso ver diríamos de outro modo: que obedeceram a uma necessidade imperiosa e fundamental ligada ao anseio de sobrevivência, sobrevivência que só pode acontecer se mantido o equilíbrio e vencido o caos. Assim, a resistência não foi um fim, antes um meio no impulso de uma necessidade vital, como é de norma acontecer nos casos desta natureza.

Nos dois arquipélagos citados – Cabo Verde e São Tomé e Príncipe – ali ficaram, frente a frente, escravos e colonos. Os colonos com a sua língua de dominação, os escravos, porventura oriundos de mais de um grupo etno-linguístico, impossibilitados, em tantas circunstâncias, de comunicarem, totalmente, entre si: obrigados a aprenderem a língua do colonizador, duas coisas se tornaram fatais: aprendendo a todo o custo, e rudimentarmente que fosse, a língua do dominador, houve de modificarem-na, segundo leis gerais da linguística (simplificação, redução, etc.), sequentemente construindo um *sabir*, um *pidgin* transitando para um crioulo, que termina por se generalizar a toda a população,

As línguas maternas, quer as de origem bantu, quer as de origem islâmica, quer os crioulos de base portuguesa, nunca foram vistas com bons olhos pelo colonizador. Que, por isso, as não ensinou, menos as acarinhou e sempre as combateu por diversos modos e meios, com excepção para os missionários católicos ou protestantes, sobretudo os protestantes, que ministravam, por método, o ensino das línguas africanas, ao mesmo tempo que a língua portuguesa. Ao ser criado o ensino oficial nesses países, por vezes apenas teoricamente, foi-o na língua portuguesa. E a imprensa, a religião, a escola, o exército, a administração, utilizavam-na exclusivamente. Assim, a função do prelo – a arte de impressão – levado pelos portugueses para o que então, nos meados do século XIX, se chamava de «províncias ultramarinas», era a de imprimir textos unicamente em língua portuguesa, sistema que os franceses, mais ou menos utilizaram, também, nas suas ex-colónias, enquanto os ingleses, aplicando o método do *indirect rule* (administração indirecta), cuidaram de ensinar as línguas africanas. E é tal circunstância que explica o aparecimento de literaturas nacionais nas línguas maternas das nações que se libertaram do domínio inglês.

Obviamente que a língua portuguesa, de um ou de outro modo, embora veladamente, nunca deixou de ser, por parte de muitos, objecto de opressão, uma vez que era vista e sentida como um instrumento de dominação. E, no entanto, alcançada a independência nacional, os cinco países terminaram por adoptá-la como língua oficial. Que ponderáveis razões teriam estado na base desta decisão?

Uma delas, por exemplo, o facto de serem países multilingues, pelo menos três dos mais populosos, e que citámos atrás, o que de imediato levou a colocar-se a questão de saber qual a língua materna que deveria ser escolhida para desempenhar as funções de língua oficial. Ora pela experiência histórica é sabido que, por muito grandes e convincentes que fossem as razões aduzidas a favor da língua escolhida, os restantes grupos etno-linguísticos não aceitariam de bom grado tal decisão, e levantar-se-iam tais e tantas discussões, e consequências imprevisíveis sobreviveriam. Além disso, a língua portuguesa possuía uma longínqua tradição no ensino, com as vantagens que tudo isso implica e pelos motivos que constituem o suporte desse facto: livros, dicionários, professores, escolas, material didáctico, enfim, o necessário e indispensável apoio logístico.

Outra das razões que militava a favor da escolha do português como língua oficial era o facto de a utilização da língua portuguesa se tornar no instrumento ideal e imediato de comunicação entre os Cinco, que, no amplo painel dos seus objectivos, um deles avulta como condição *sine qua non* para a sua defesa e desenvolvimento: a unidade entre eles. Outra razão seria a possibilidade de o português, como língua internacional, prestar-se à comunicação nos aerópagos internacionais. Além disso, como argumento de primeiro valimento, estava a circunstância de a língua portuguesa passar a constituir-se no grande elemento de unidade nacional, e isto se entende melhor se tivermos presente que três destes cinco países são constituídos por várias nações – grupos etno-linguísticos – fortemente recortados, resistentes, fechados. Enfim, factores políticos, ideológicos, culturais, administrativos, etc., estão na base das grandes decisões linguísticas tomadas por tais países. Mas não se pense que essas decisões foram tomadas de afogadilho. Essa

decisão já havia sido colectivamente assumida, na década de 60, pelos responsáveis dos movimentos de libertação. De tal modo, que a escolaridade nas zonas libertadas já era feita na língua portuguesa. Desde então tudo se encaminhava para a decisão histórica de a ela ser conferido o estatuto de língua oficial. Estranho destino, mas o pragmatismo ditou a sua lei.

Passados que são quinze anos* após a independência nacional dos citados países, verifica-se que a institucionalização da língua portuguesa como língua oficial é um facto irreversível. Que, cada vez mais, serão menores as oposições declaradas ou não contra ela. Interessa saber que os Cinco adoptaram para com a língua portuguesa uma atitude que historicamente não é inédita, se considerarmos na nossa contemporaneidade a atitude da União Indiana, em 1947, ano da sua independência nacional, e ulteriormente o caso das ex-colónias africanas francesas ou inglesas. E vem a ser que esta atitude se traduz numa nova filosofia político-linguística, que foi a de não considerarem a língua portuguesa uma língua estranha, partindo da circunstância de que a língua é um facto cultural e que, por sua vez, os factos culturais poderão ser, legitimamente, reapropriados pelos outros. Assim, a língua portuguesa passou a ser incorporada no sistema linguístico e cultural desses países. Daqui resultaram medidas extraordinárias no domínio do ensino, que se cifram pela intensificação da escolaridade, criação de escolas, formação de professores, organização de livros escolares, etc., implicando o dispêndio de somas astronómicas. Mas os resultados estão à vista. Pode dizer-se que, nos três países africanos continentais, à data em que os portugueses saíram de África, o número de falantes de português seria na ordem de 8 a 15%, e que a taxa de analfabetismo rondaria pelos 97%. Hoje o número de falantes de língua portuguesa estará na ordem dos 40% a 50% e a taxa de analfabetismo com a marca de uns 70% e em certos casos ainda menos. Estas percentagens são diferentes, para melhor, em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

* Trecho da *História das literaturas africanas de língua portuguesa*, inédito, escrito em 1990. Manuel Ferreira faleceu em 17.3.92 e já não pôde rever esse trabalho. Fizemos algumas alterações (título, início e referências bibliográficas), no sentido de adequar o texto a esta publicação. (P.L.)

Isto não exclui a consciência que os responsáveis dos Cinco possuem sobre as dificuldades e as deficiências imensas, e de toda a ordem, quanto à carência de escolas, à qualidade dos professores, à escassez de livros e outros materiais. Seja como for, acredita-se que, dia a dia, as coisas vão melhorando e que a caminhada é irreversível. Donde se possa dizer, com um certo folgar, que a tendência actual é para a re-nacionalização da língua portuguesa. Ela vai sendo readaptada às novas condições sócio-culturais, para que possa desempenhar, da melhor maneira possível, as suas funções de comunicação e expressão. Por isso se altera, se modifica, angolanizando-se, moçambicanizando-se, caboverdianizando-se, guineizando-se, santomensilizando-se.

Deste modo, os portugueses, cada vez mais, aceitam a filosofia de que a língua portuguesa já não tem dono. Cada país é dono da língua adoptada, é a cada um que cabe administrá-la. A língua portuguesa, hoje, possui tantas *normas* quantos os países ou zonas culturais estrangeiras onde ela se fala. E são também tantas as literaturas de língua portuguesa quantos os países que a têm como língua nacional ou oficial, acrescido este número, do Brasil, até que Timor-Leste venha a tomar o assento vago, e que por direito lhe pertence, nesta assembleia dos sete, e onde cabe também a Galiza, herdeira prestigiada do ramo galaico-português.

Acresce que as literaturas dos Cinco países africanos desenvolvem-se, evoluem e, através dos seus mais credenciados representantes, vão penetrando noutros países, noutras culturas, e, enquanto isso acontece, elas contribuem para tornar mais universal a língua portuguesa.

Esta aventura moderna do português em África, que viveu outras aventuras, já citadas, como as da Galiza, do Brasil, em Goa e Timor, tornou-a uma das mais importantes línguas do mundo e, segundo a UNESCO, uma das mais disseminadas pelo planeta. Actualmente serão cerca de 170 milhões de utentes, no ano 2000 serão 200 milhões.

2. Sobre o modo como as línguas maternas foram interferindo no texto literário de língua portuguesa

A língua portuguesa levada pelas gentes das Descobertas e Expansão para tão longínquas e insuspeitadas paragens da África, Ásia, Américas, Oceania, mercê dos contactos militares, religiosos, administrativos e sobretudo comerciais, terminou por ser utilizada – e em circunstâncias especiais adoptadas – por essas longínquas populações.

Claro que uma língua, quando adoptada ou mesmo utilizada para fins utilitários de natureza de contacto, ao impacto com as línguas locais, ao longo de séculos, vai sofrendo múltiplas diglossias.

Foi por isso que, por tais paragens e entre as mais desvairadas gentes, se criaram, na progressão do uso de uma língua estrangeira – a língua portuguesa – as imensas formas dialectais de que resultaram, posteriormente, crioulos de base portuguesa, sendo ainda hoje conhecidos os fenómenos dialectais evanescentes de Damão e Diu, Malaca, Ceilão, Macau, etc.

Concretamente em relação à África – e sobre o que é ainda hoje vivo e pujante, para além dos dialectos de Casamansa, junto à fronteira litorânica do Senegal, ou da ilha de Fernão Pó – há os crioulos de Cabo Verde, de São Tomé e Príncipe, e Guiné-Bissau, todos eles de base portuguesa, e de um modo cientificamente confirmado, no que toca a Cabo Verde, com um léxico de origem portuguesa na ordem dos 98 a 99%, na informação pessoal de Baltazar Lopes que, inicialmente, na sua obra fundamental *O dialecto crioulo de Cabo Verde*, publicada em 1957, havia admitido uma percentagem de 97%.

Em Angola e Moçambique não há um único crioulo; podemos considerar, sim, formas dialectais da língua portuguesa, em determinados pontos do país; ou seja, alterações que a língua portuguesa tenha sofrido em localidades, cidades ou subúrbios de cidade, musseques de Luanda, por exemplo, etc., embora possamos considerar que, de um modo generalizado, a língua portuguesa sofreu fortes modificações naqueles territórios e em toda a sua dimensão. Sofreu e, neste próprio momento, acomoda-se na incorporação de palavras e expressões as mais variadas, oriundas das línguas nacionais.

Essas significativas modificações, em determinadas coordenadas espaço-temporais, adquiriram tal intensidade e profundidade que levaram à criação de diversos níveis de língua.

Ora é este fenómeno, complexo e aliciante, não só para o linguísta como também para o antropólogo, que os escritores transpuseram para os textos.

Cidadãos naturalmente sensíveis à substância que lhe é cara por excelência – a linguagem – ao impulso da necessidade criativa, e dependendo de várias circunstâncias sociológicas, culturais, ideológicas, etc., no acto da escrita tendem a construir esteticamente uma linguagem a partir da oralidade linguística.

Para se poder avançar na exposição, lembremos que a rede linguística dos Cinco é bastante diversificada, com a particularidade de que, enquanto Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau são países multilingues, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são bilingues: além da língua portuguesa, têm o seu próprio crioulo como língua materna, dando-se ainda a circunstância de na Guiné-Bissau o crioulo recobrir grande parte do seu território.

A partir deste quadro, vamos tentar ver, a traços largos, o modo como os escritores, usando a língua portuguesa, se houberam, na sua condição de criadores de linguagem.

No caso de Angola, as primeiras produções literárias situam-se em Luanda, logo nos meados do século XIX. Pertencendo Luanda à área linguística do quimbundo, já nos primórdios da literatura angolana se dá conta da intercepção daquela língua materna nas estruturas do português. Não propriamente na que é considerada a primeira obra literária angolana, *Espon-taneidades da minha alma* (1849), de José da Silva Maia Ferreira, uma vez que este se limitou a introduzir um ou outro vocábulo africano, e, a bem dizer, isso aconteceu num só poema («A minha terra»), tematicamente subsidiário da fauna ou da flora do país: «Selva de tribo selvagem», «Zagaia», «Palmeiras de sombra copada» (p. 13). Por sua vez, João E. da C. Toulson, em «Poesia» e, como adiante melhor tornaremos a ver, desenvolve um pouco

mais o processo, utilizando o quimbundo no diálogo poético, paralelamente ao diálogo em português:

- *Gazuáa, naló catesso*
- Disse queixosa, e fugiu

Num e noutro caso, trata-se de manifestações do fenómeno *convívio linguístico*, isto é, as duas línguas situadas, lado a lado, não se confrontando, não se fundindo, apenas se justapondo, convivendo. Com a diferença de que no caso de José da Silva Maia Ferreira o *convívio* resulta da introdução deste ou daquele vocábulo no interior da frase, enquanto em João E. da C. Toulson o *convívio* é expresso no paralelismo de duas frases. É esse mesmo fenómeno (a utilização da frase completa em quimbundo) que vamos encontrar no poeta angolano Joaquim Cordeiro da Matta, e, concretamente, naquela que viria a ser a sua única obra, *Delírios – Versos, 1875-1887* (1888), em poemas tais como «Kicóla», por exemplo. Ou então como no poema «Nguibanga – Kiê!» (Que façó!), dedicado a Eduardo Neves, outro poeta que, não sendo angolano de nascimento, também enriqueceu a linguagem poética com o uso suplementar do quimbundo:

- Ai! camôna camuxima!*
- Ai! querida filha d'alma!*
- Ai! meço ma meço mâmi!*
- Ai! olhos, irmãos dos meus!*

É por esta época do séc. XIX, ou seja, na década de 70/80, que outros poetas, mesmo portugueses radicados, não deixaram de ser tentados a empregar palavras ou expressões em quimbundo, em alguns dos seus poemas, nomeadamente o caso exemplar de Eduardo Neves.

Na ficção, o mestiço angolano Pedro Félix Machado parece nunca se ter verdadeiramente sentido atraído pelo processo transgressivo da linguagem, quer na sua poesia quer na sua ficção. Atento, sim, a grafar as palavras do

português popular quando usadas por certos tipos de personagens sem instrução. No resto, o seu discurso corre nas exigências da linguagem escrita que se quer expressiva: «Movido por um instinto de curiosidade muito natural, Fernando folheia no beliche o livro, logo que o recebeu de Leonilla. Não que contasse ou adivinhasse que nele haveria coisa que lhe dissesse respeito, mas porque esperava encontrar nas páginas que ela tivesse lido, alguns traços do seu modo de sentir» (*Scenas d'África – romance íntimo*, 2.^a ed., 1982, p. 10). Ao contrário, Alfredo Trony, português radicado, durante dezenas de anos e falecido em Angola, na sua pequena narrativa, *Nga Muturi* (publicada em folhetins na imprensa angolana e portuguesa em 1882) reeditada, em livro, no ano de 1973, utiliza o quimbundo não só através de palavras ou frases semeadas pelo texto: «quitanda»; «quinda»; «ritoaia», «giponda»; «tinha custado m'ite samanu», como ainda nos diálogos, embora apenas em escassos momentos: « – Macunha oana ni joana».

Gostaríamos de reverenciar este fenómeno, sobretudo em relação a Trony, que, se era angolano do coração, não o era de nascimento. Numa época longínqua em que o colonialismo tendia a subestimar os aspectos das culturas africanas, para não dizer que por elas tinha um imenso desdém, verificar-se que um escritor português introduziu na sua escrita, plasmada de um português de excelente recorte (lembrando Almeida Garrett pelo estilo e Eça de Queiroz pelo processo narrativo), a presença do quimbundo, dando-lhe assim estatuto de cidadania, é sintomático e o menos que revela é que Alfredo Trony desfrutava de um bem nem sempre presente: a capacidade (a enorme capacidade, neste caso) de compreender o Outro. De resto, sabe-se, quanto essa sua prática de alteridade se manifestava em tudo quanto ele fazia em Angola, a bem dizer ao longo de 30 anos, como aliás aconteceria, quer no século XIX quer no século XX, com outros portugueses radicados. Designação esta institucionalizada para significar aqueles portugueses que, tendo ido para as ex-colónias portuguesas, aí se fixaram e integraram. Na ordem literária, vários foram os que, tornando-se escritores, quiseram, e lograram, ser poetas «africanos», inclusive partilhando dos ideais de libertação. Após a independência nacional, alguns adquiriram a cidadania do país de opção.

Este fenómeno linguístico, denominado *convívio*, como se disse, só veio de novo a manifestar-se verdadeiramente em *O segredo da morta* (1935) de António de Assis Júnior (1878-1960); porém, e não obstante tal se verificar cerca de meio século depois de Alfredo Trony, naquele romance o autor limitou-se a empregar o quimbundo por intermédio de uma ou outra palavra, no interior do discurso do narrador, e fora disso na fala das personagens, em longas tiradas. Não houve, pois, qualquer avanço significativo em relação ao século XIX. Estas experiências como que se perderam na memória cultural. Caberá à geração da *Mensagem* (1951-1952) reiniciar, como projecto espontâneo, sem ligação com o passado, correspondendo a uma necessidade de expressão e a uma tomada de consciência que a leva a saber valorizar os idiomas maternos, introduzindo nos enunciados palavras em quimbundo, sem a concessão da tradução. Por exemplo, em *Viriato da Cruz*: «É pruguê nossas raiz/Tem força do makèzú! ...» («Makèzú», in *Poemas*, 1961, p. 9). Agora nada se explica, como era das boas maneiras da escrita no século XIX, conforme atrás exemplificámos. Há, de longe, sem dúvida, uma maior consciência linguística e um sentido mais agudo na utilização do sistema do convívio.

O grupo da *Cultura* [II] (1957-1960) vai perseguir as experiências anteriores, mas já nessa altura se denotava uma preocupação no sentido de, no complexo sistema criativo angolano, se tirar um maior proveito da escrita. E vem por duas vias, com resultados diferentes. Em Cochat Osório, no conto «Aiué!», pela primeira vez se experimenta, na história literária angolana, numa narrativa completa, a transgressão fonética com base na oralidade, porventura próximo do processo trazido pelo nigeriano Amos Totuola, mas antes dele:

Dominga num qué chorár. Os minino já tá no vapor. E bana co mão e bana co lenço: mmamman, mmamman, mmamman ... Dominga num qué chorár (*Capim Verde*, 1957, p. 203).

Como se vê, de lado é posto o convívio linguístico para se construir uma linguagem uniforme. Esta experiência de Cochat Osório fora única da

sua parte e única enquanto totalidade de um texto. Vejamos. Numa ou noutra narrativa angolana, muito parcialmente, porém, e em regra quase tão-só nos diálogos, este processo já havia sido ensaiado. Mas uma história, contada de princípio ao fim nessa toada, como acontece no conto «Aiué! ...» ninguém mais o fez, que saibamos. Luandino Vieira surgiu nessa altura, mas só viria a concretizar o início da sua decisiva aventura linguística mais tarde, não propriamente no seu primeiro livro *A cidade e a infância* (1960), mas em *Luuanda* (1964), e *Vidas novas*, publicado em 1968 em Portugal, porém, muito antes estreado em França, dada a sua natureza «subversiva» do ponto de vista dos aparelhos ideológicos colonialistas de Salazar.

Tenha-se em conta, no entanto, que Luandino Vieira é um caso diferente do de Cochat Osório. Parente literário do brasileiro Guimarães Rosa, que lhe teria servido de motor catártico para o desencadeamento de um processo que o próprio Luandino já havia metido nas suas preocupações e, de certo modo, experimentado, ainda que hesitantemente, em histórias dispersas por diversas publicações. De facto, com Luandino Vieira opera-se uma profunda remodelação, ultrapassando o *convívio linguístico*, ao optar pela fusão de três vertentes: português, quimbundo e português da área dos musseques, onde o autor fora criado. Ou seja que L. Vieira enveredou, decidida e vitoriosamente, pelo *hibridismo linguístico*. Por exemplo:

Cá estou eu outra vez, vês? Mas ainda não cheguei, tu e os teus tranquilos. Mortos nos ouvem já nos risos e nos gritos de alegria do nosso marchar, formamos alas, Xindas – libamos de miúdos monadengues amarrados no encanto do homem suado, de fraque e chapéu alto (*Nós, os do Makuluso*, 1974, p. 96).

Luandino Vieira iria aprofundar, durante anos, no Campo de Concentração do Tarrafal de Cabo Verde, por ironia do destino chamado Chão Bom, um processo que iniciou nas cadeias de Luanda, nos inícios dos anos 60. E serão vários os ficcionistas que o acompanharam: Jorge Macedo, Jofre Rocha, Boaventura Cardoso, sobretudo. Nem todos como epígonos, mas alguns em jeito repetitivo. Seja assim ou não, a aventura linguística de Luandino Vieira

foi decisiva para a criação de uma nova linguagem literária angolana, que continua a exercer manifesto sortilégio junto de leitores e prosadores.

Companheiro de Luandino nas prisões do Tarrafal, ei-lo, Uanhenga Xitu que também partilha do uso frequente do quimbundo, mas nos diálogos, por vezes longos, e de modo exclusivo, na continuação daquilo que Assis Júnior havia praticado em *O segredo da morta* (1935), ele chega a transcrever uma canção em quimbundo sem ser acompanhada da tradução (cf. sobretudo *Maka na sanzala*, Luanda, 1979).

Quatro décadas decorridas, os escritores angolanos linguisticamente estão divididos em duas séries: os que seguem a corrente luandina e os que perseguem a norma padrão do português de Portugal, ainda que com o recurso a muitas contribuições das línguas maternas.

Em Moçambique, na década de 50, Rui Nogar experimenta na poesia as formas do chamado *pequeno português*, formas que têm a ver mais com as destruturações fonológicas do que morfo-sintáticas:

eu bebeu suruma oh suruma suruma
dos teus ólho Ana Maria
com meu todo vontade
com meu todo coração
(«Xicuembo», *Poetas de Moçambique*, 1962, p. 114)

Este processo, entretanto, é abandonado, havendo, no entanto, uma experiência ficcional fugaz, de Luís Bernardo Honwana: «Rosita, até morrer» (*Vértice*, Coimbra, n.º 331-332, 1971, p. 634-635). Pode-se dizer que o modo de criação linguística dentro dos princípios do hibridismo é iniciado com Ascêncio de Freitas, português longamente radicado em Moçambique, de onde regressou por volta de 1978.

Suas perna magra, suas perna já era magrinho, banava, banava, cadavez parece é causa de ser velho – Lukutúkúe tinha mais medo, não ... (*e as raiva passa por cima, fica engrossar um silêncio*, 1979, p. 75).

Concretamente só agora Mia Couto traz a notável revelação de *Vozes anoitecidas* (1985), com a qual experiência, do ponto de vista linguístico, está próximo de Luandino Vieira e porventura não tanto de Ascêncio de Freitas:

Só ficava sentado. Mais nada. Assim mesmo, sentadíssimo. O tempo não zangava com ele. Deixava-o. Bento João Mussavele (*Vozes anoitecidas*, 2.^a ed., 1987, p. 109).

Esta prática criativa é continuada, com o mesmo êxito, e mais refinadamente, nas obras posteriores de Mia Couto: *Cronicando* (1988), crónicas, e *Cada homem é uma raça* (1990), contos.

Relativamente a São Tomé e Príncipe, do qual também não se pode falar de uma ficção oitocentista, na época moderna, é com Francisco José Tenreiro (1921-1963) e com o seu *Ilha de nome santo* (1942) que os enunciados reflectem os efeitos das relações de contacto que o português e o crioulo de São Tomé e Príncipe estabelecem entre si, no plano de criatividade linguística. Atente-se que os fenómenos de alteração da linguagem poética em Tenreiro são mais de natureza fonológica do que morfo-sintáctica. Vamos a dizer que corre mais próximo da referida experiência de Cochat Osório do que da de Luandino Vieira. Só que o relevo a dar a Francisco J. Tenreiro está em que a sua experiência linguística se antecipa em cerca de dezassete anos à de Cochat Osório em «Aiué! ...»:

Seu Silva Costa/chegou na ilha:/fez comércio di alcool/fez comércio di homem/fez comércio di terra («Romance do seu Silva Costa», *Ilha de nome santo*, 1942, p. 13).

Cabo Verde, como se disse, tem como língua mãe o crioulo – e como língua outra, hoje língua oficial, a língua portuguesa, como aliás o é em todos os outros quatro países africanos.

É com a geração da *Claridade* (1936), que demarca o início da moderna literatura cabo-verdiana, que as interferências do crioulo se começam a fazer sentir, quer na poesia quer na ficção, embora haja exemplos, ainda que

esporádicos, desde o século XIX. Isto de um modo generalizado, diríamos institucionalizado. Basta sabermos, por exemplo, que todos os ficcionistas cabo-verdianos de qualidade, ainda que não estejam fortemente sensibilizados para proceder à intervenção do crioulo na linguagem literária, não deixam de o tomar em linha de conta na fala das personagens. Mas, além disso, o crioulo, nuns mais, noutros menos, está sempre presente nos enunciados poéticos ou ficcionais. No entanto, é com Baltazar Lopes e com *Chiquinho* (1947), cujos primeiros capítulos foram publicados no n.º 1 da *Claridade*, que o crioulo adquire uma nova dimensão nos enunciados literários cabo-verdianos. Aí Baltazar Lopes não se limita a revelá-lo através das personagens do romance. Vai mais longe. O discurso do narrador é feito através da fala que, com frequência, resulta do aproveitamento do crioulo por parte da língua portuguesa:

Tói Mulato não. Nas nossas questões, ele era sempre o mais velho. Pegávamos queda, brigávamos de boca, mas ao chegar Tói Mulato acabava tudo (*Chiquinho*, 1.ª edição, 1947, p. 33).

Permita-se-nos que registemos aqui a experiência que, neste domínio, coube fazer ao signatário:

Esses meninos desabusados chegavam junto das casotas dos vadios e diziam, ao ataque, e numa trupida entravam dentro das casas, fuque-fuque, desinfectavam, saíam, fazendo ruído (*Voz de prisão*, 1971, p. 133).

Ou seja que, nesse aspecto, Baltazar Lopes antecipou-se em muitos anos ao brasileiro Guimarães Rosa e ao angolano Luandino Vieira. Bem vistas as coisas, porém, a verdade é que este fenómeno da reapropriação da linguagem oral vem de longe no Brasil: desde José Alencar, culminando com o Modernismo Brasileiro, de 1922, e espectacularmente com Mário de Andrade, em *Macunaíma* (1928).

Esta problemática da criatividade linguística em África, em que a língua portuguesa, no plano da escrita, confrontada com as línguas nacionais,

sofre múltiplas e fundas alterações, empresta um acrescido aliciante ao processo literário africano, já que as várias literaturas, originais em si mesmas, e cada uma de *per si*, evidenciam o desvelo da sua personalidade e enriquecem o vasto quadro literário dos Cinco.

Manuel Ferreira, (n. 1917, m. 1992) foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde fundou a cadeira de Literaturas Africanas, a primeira em Portugal (1974). Foi romancista e contista saído do movimento neo-realista português e integrou-se posteriormente na literatura cabo-verdiana. Da sua extensa bibliografia destacam-se *A aventura crioula* (1967); os três volumes de *No reino de Caliban* (1975-86); *O discurso no percurso africano – I* (1989) e *História das literaturas africanas de língua portuguesa* (no prelo).